

EUA admitem deságio para baixar dívida

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

Arquivo 3/10/88



Brady: negociações no mercado

WASHINGTON — O novo plano elaborado pelo Departamento do Tesouro americano para lidar com a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento dá um salto qualitativo em relação ao Plano Baker, criado há três anos e que não serviu para solucionar o problema. A proposta, divulgada ontem pelo Secretário Nicholas Brady, durante um almoço no Departamento de Estado, dá prioridade à redução do estoque da dívida — mas através de operações voluntárias, a serem negociadas caso a caso com os banqueiros privados.

Para que isso seja alcançado, Brady sugeriu duas providências básicas — que surpreenderam aos próprios banqueiros presentes à reunião em que se divulgou as linhas gerais do novo plano. Uma delas é algo que os devedores já reclamavam há anos: Brady propôs que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional passem a ser avalistas dos países devedores que se comprometerem a seguir as suas orientações econômico-financeiras. O Bird e o FMI financiariam um programa específico para a redução do débito.

O dinheiro seria usado especificamente para garantir títulos a serem emitidos pelos países devedores, para serem negociados no mercado com um deságio, e também para reabastecer as reservas dessas nações depois que elas comprassem de volta as promissórias que estão em mãos dos credores.

Segundo a proposta de Brady, que deverá ser discutida pelos demais países ricos e pelos devedores na

reunião anual conjunta do Bird e FMI, daqui a um mês, esses dois organismos poderiam também oferecer um apoio financeiro adicional para servir como garantia de uma parte dos pagamentos de juros da dívida, ou os referentes às transações que visem à redução do serviço dessa dívida.

Brady fez questão de ressaltar, no entanto, que apesar de conferir ao Bird e ao FMI um papel mais ativo nesse contexto, continuava contrário à idéia — defendida pela França, Alemanha Ocidental e Japão — de se formar uma agência internacional específica, dentro de um destes organismos, para administrar a redução da dívida.

— Ainda que o FMI e o Bird fixassem as linhas mestras para a utilização de seus fundos, a negociação das transações permaneceria no mercado. Ela seria incentivada e apoiada por essas instituições internacionais, mas já administradas por elas.

Arquivo 17/2/89



Baker: risco deve ser dos bancos

Caberia aos bancos e aos credores ditar o valor da redução, e estabelecer os mecanismos entre si, de maneira voluntária — insistiu Brady.

O Secretário do Tesouro argumentou que a suspensão das cláusulas poderia acelerar agudamente os mecanismos de redução da dívida, beneficiando os devedores.

— Ao mesmo tempo, nós esperamos que as nações em débito também mantenham programas viáveis de troca da dívida por investimentos durante o mesmo período (três anos) de duração desse esforço. E gostaríamos, ainda, que esses países permitissem que pessoas físicas ou jurídicas nacionais pudessem participar dessas transações — disse Brady.

Ele também gostaria que os governos dos países devedores tomassem medidas para a repatriação de capitais que os seus cidadãos e empresas preferiram investir no Exterior. E só, segundo Brady, só poderá ser

conseguido através da adoção de reformas econômicas sérias. Quanto aos países credores, ele recomendou que considerem medidas para reduzir os obstáculos fiscais e regulamentares que possam vir a impedir a redução da dívida.

As primeiras reações foram de surpresa. O banqueiro A.W. Clausen, Presidente do BankAmerica, que participava da reunião de ontem no Departamento de Estado, recebeu a proposta com simpatia.

— Trata-se de um avanço. Temos aqui, evidentemente, um novo enfoque que merece ser considerado por todos os envolvidos nessa questão — disse ele.

Seu colega japonês, Yusuke Kashiwagi, Presidente do Bank of Tokyo, era mais reticente:

— É um bom começo. Mas ainda será preciso analisar melhor essas idéias para medir o seu alcance real. Há várias coisas no ar que não foram muito bem explicadas — disse ele ao GLOBO, ontem à tarde.

Assessores de Nicholas Brady revelariam logo depois a divulgação das linhas gerais do plano, que as idéias ainda não foram totalmente aprovadas pelo próprio governo americano. Vários detalhes ainda estão sendo discutidos no Federal Reserve (o Banco Central), na Casa Branca e também no Departamento de Estado — cujo titular, o ex-Secretário do Tesouro James Baker III, ainda não está totalmente de acordo com as novas funções que Brady pretende delegar ao Bird e ao FMI.

Na opinião de Baker, usar dinheiro desses organismos para garantir títulos dos devedores significaria utilizar dinheiro público para dar cobertura a riscos que deveriam ser assumidos pelos bancos credores.